



## **REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

**ISSN 2176-9036**

**Vol. 8. n. 2, jul./dez. 2016**

Sítios: <http://www.periodicos.ufrn.br/ambiente>

<http://ccsa.ufrn.br/ojs/index.php?journal=contabil>

<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/Ambiente>

Artigo recebido em: 17.02.2016. Revisado por pares em: 08.04.2016. Reformulado em: 11.04.2016. Avaliado pelo sistema double blind review.

### ***OUVIU O QUE EU DISSE?! UMA ANÁLISE DE CONTEÚDO DA INFLUÊNCIA DAS CARTAS COMENTÁRIOS NAS ALTERAÇÕES DA SEÇÃO 6 – MENSURAÇÃO DA ESTRUTURA CONCEITUAL PROPOSTA PELO IASB***

### ***DID YOU HEAR WHAT I SAID?! A CONTENT ANALYSIS OF THE INFLUENCE OF THE COMMENT LETTERS ON CHANGES IN SECTION 6 – MEASUREMENT OF CONCEPTUAL FRAMEWORK PROPOSED BY THE IASB***

### ***¿HAS OÍDO LO QUE DIJE?! UN ANÁLISIS DEL CONTENIDO DE LA INFLUENCIA DE LAS CARTAS COMENTARIOS SOBRE LOS CAMBIOS EN LA SECCIÓN 6 - MEDICIÓN DEL MARCO PROPUESTO POR EL IASB***

#### **Autores**

##### **João Carlos Hipólito Bernardes do Nascimento**

Discente do Curso de Doutorado em Ciências Contábeis do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (PPGCC) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Ciências Contábeis. Endereço: Av. Pasteur, 250, sala 250, Urca, Rio de Janeiro - RJ, Brasil.

CEP: 22.290-240. Fone (21) 3938-5262.

E-mail: [jchbn1@gmail.com](mailto:jchbn1@gmail.com)

##### **Olivia Maurício Dornelles**

Discente do Curso de Doutorado em Ciências Contábeis do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (PPGCC) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Ciências Contábeis. Endereço: Av. Pasteur, 250, sala 250, Urca, Rio de Janeiro - RJ, Brasil.

CEP: 22.290-240. Fone (21) 3938-5262.

E-mail: [oliviacontabeis@uol.com.br](mailto:oliviacontabeis@uol.com.br)

##### **Natan Szuster**

Doutor em Ciências Contábeis – FEA/USP - Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (PPGCC) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Endereço: Av. Pasteur, 250, sala 250, Urca, Rio de Janeiro - RJ, Brasil. CEP: 22.290-240. Fone (21) 3938-5262.

E-mail: [natan@facc.ufrj.br](mailto:natan@facc.ufrj.br)

#### **RESUMO**

O presente estudo buscou investigar, através da análise de conteúdo das cartas de comentários enviadas ao IASB relativas à Seção 6 – Mensuração do "Conceptual Framework for Financial Reporting" publicado em julho de 2013, a influência das propostas dos diversos respondentes nas alterações efetivadas na revisão apresentada para essa Estrutura Conceitual

em maio de 2015. A análise foi realizada em duas vias: como as alterações propostas pelas cartas alteraram a versão da estrutura conceitual; e quais alterações dessa estrutura estão explicitamente presentes nas cartas recebidas pelo IASB. Como resultado, notou-se que, em geral, os respondentes apoiaram as visões preliminares sobre o tópico, entretanto, temas bastante controversos foram alterados, como, por exemplo, a complexidade da estrutura conceitual, que sofreu significativa redução na versão atual; e a quantidade de formas de mensuração. A despeito do exposto, apenas duas das quatro alterações significativas apresentadas na versão de 2015 podem ser diretamente encontradas nas cartas-respostas, o que indica que outras formas de contribuição também estão presentes, influenciando as mudanças nos rascunhos normativos.

**Palavras-chave:** Cartas Comentários. Estrutura Conceitual. IASB. Mensuração.

### ABSTRACT

This study aimed to investigate, through a content analysis of the comment letters sent to the IASB relating to Section 6 - Measurement of the "Conceptual Framework for Financial Reporting" published in July 2013, the influence of the proposals by the various respondents on changes presented in the review of the Conceptual Framework published in May 2015. The analysis was done in two ways: how the proposals by the letters changed the version of the conceptual framework; and what changes in this framework are explicitly present in the letters received by the IASB. As result, it was noted that, in general, respondents supported the preliminary views about measurement, however, quite controversial issues were changed, for example, the complexity of the conceptual structure was significantly decreased in the current version, and also the numbers of measurement bases. Despite the above, only two of the four significant amendments in the 2015 version can be widely found in the letters-responses, what may indicate that others manners of contributions are also present, influencing changes in regulatory drafts.

**Keywords:** Comment Letters. Conceptual Framework. IASB. Measurement.

### RESUMEN

El presente estudio trata de investigar, a través del análisis de contenido de las cartas de comentarios presentados a la IASB ámbito de la Sección 6 - Medición del "Marco Conceptual para la Información Financiera", publicado en julio de 2013, la influencia de las propuestas de los distintos encuestados en los cambios efectuados en la revisión presentado a este marco conceptual en mayo de 2015. Se llevó a cabo el análisis de dos maneras: cómo los cambios propuestos por las letras cambiaron la versión del marco conceptual; y qué cambios de esta versión están presentes explícitamente en las cartas recibidas por el IASB. Como resultado, se observó que, en general, los encuestados apoyaron las versiones preliminares del tema; sin embargo, han cambiado cuestiones muy controvertidas, como la complejidad de la estructura conceptual, que se redujo significativamente en la versión actual, y la cantidad de formas de medición. A pesar de lo anterior, sólo dos de las cuatro modificaciones significativas en la versión 2015 se pueden encontrar directamente en las cartas-respuestas, lo que indica que otras formas de contribución también están presentes, y que influyen en los cambios en los proyectos normativos.

**Palabras clave:** Cartas de Comentarios. Marco Conceptual. IASB. Medición.

## 1 INTRODUÇÃO

O processo de definição de normas contábeis globais é extremamente complexo, dado que, frequentemente, demanda a consideração e, principalmente, acomodação de opiniões, culturas contábeis, pontos de vista e, sobretudo, interesses econômicos invariavelmente incompatíveis com as alternativas de relatórios financeiros.

Visando equilibrar os interesses na definição do modelo contábil global e desenvolver padrões que fomentem maior transparência, responsabilidade e eficiência aos mercados financeiros em todo o mundo, o *International Accounting Standards Board* (IASB), por meio da *IFRS Foundation*, incentiva a participação ativa dos variados *stakeholders*, sobretudo via recepção de cartas comentários sobre as normas propostas, o que fornece um registro público dos pontos de vista apresentados ao *Board* na esperança de influenciar o modelo resultante (YEN; HIRST; HOPKINS, 2007).

Entretanto, a despeito dos reconhecidos benefícios decorrentes da promoção de um modelo global de contabilidade, como, por exemplo, a redução dos custos de comparação de desempenho das firmas entre países, arrefecimento do custo de capital das firmas, incremento da mobilidade de capitais, aplicação de recursos de forma mais eficiente na economia e majoração da liquidez dos mercados financeiros (CRUZ; FERREIRA; SZUSTER, 2011), o processo de convergência e, sobretudo, de construção e revisão das normas contábeis não tem ocorrido a despeito da influência do *lobby* de forças econômicas, organismos de classes e interesses regionais (ARMSTRONG *et al.*, 2010).

Nessa linha, alguns estudos têm sido conduzidos com o objetivo de analisar o posicionamento dos autores recorrentes do processo de submissão de cartas comentários em resposta aos *Discussion Paper's* (DP). Yen, Hirst e Hopkins (2007), por exemplo, investigaram as estratégias utilizadas pelas firmas para tentar persuadir o *Financial Accounting Standards Board* (FASB) em resposta ao *Board's Comprehensive Income Reporting Exposure Draft*. Holder, Karim, Lin e Woods (2013), analisando as cartas comentários enviadas ao FASB e ao IASB, investigaram como os atores podem influenciar o processo de normalização em Contabilidade através dessa forma de participação. Mais recentemente, Adhikari, Betancourt e Alshameri (2014) notaram que, sistematicamente, os posicionamentos diferem em decorrência do tipo do entrevistado (*e.g.*, preparadores, investidores e usuários domésticos versus estrangeiros) e suas características (*e.g.*, indústria, porte e política contábil).

Nesse aspecto, tendo em vista que não foram notados estudos focados em analisar a influência das propostas dos diversos respondentes nas alterações efetivadas na revisão apresentada para essa Estrutura Conceitual em maio de 2015, buscou-se responder o seguinte problema de pesquisa: **qual a influência das cartas comentários nas alterações das discussões da seção 06 do exposure draft do conceptual framework do IASB editada em 2015?** Ou seja, as mudanças que transformam o rascunho anterior numa nova versão normativa refletem os comentários recebidos através das cartas-respostas? Nessa linha, a título de objetivo geral, buscou-se verificar a influência das cartas comentários nas alterações das discussões da seção 06 do *exposure draft* do *conceptual framework* do IASB editada em 2015.

Em julho de 2013, foi publicado o rascunho da estrutura conceitual básica – "*A review of the Conceptual Framework for Financial Reporting*" (CF2013), base das normas do IASB, que, embora não seja uma norma em si, serve como orientação para "desenvolver ou selecionar políticas contábeis quando não há nenhuma norma específica sobre alguma transação" (IASB, 2015, p. 8). Uma versão completa dessa estrutura conceitual de 2013 foi colocada em opinião até 14 de janeiro de 2014, tendo sido enviadas 244 cartas-respostas no

período de comentários e mais duas cartas que são reportadas no site do IASB como "recebidas após o período". Em 28 de maio de 2015, foi publicada uma versão com as alterações requisitadas (*Conceptual Framework 2015 – CF2015*), com abertura a comentários até 26 de outubro de 2015.

Esse cenário mostra-se ideal para a verificação das questões levantadas anteriormente, visto que encontram-se publicadas as duas versões do CF, bem como as cartas-comentários recebidas pelo IASB. A partir desse material, foi realizada uma análise de conteúdo comparando as duas versões da estrutura conceitual, buscando, nas cartas, a motivação para as mudanças. Essa análise foi apoiada, também, pelo documento intitulado "*basis for conclusions*", no qual o IASB explica algumas das razões das alterações realizadas.

Como a estrutura conceitual de 2013 apresentava nove seções com 26 perguntas aos interessados, com vários subitens em cada pergunta, optou-se por analisar a seção referente à mensuração (seção 6) devido à importância central do tema, por apresentar o maior número de questões elaboradas e respondidas (cinco questões, totalizando 17 itens) e, finalmente, por ter sido a seção com maior nível de discussão (IASB, 2014, p. 4).

Dado que a estrutura conceitual descreve o objetivo e os conceitos fundamentais para o uso dos relatórios financeiros de propósito geral, mostrando-se, na prática, fundamental para o aperfeiçoamento das normas de contabilidade; no suporte às empresas no desenvolvimento de suas políticas contábeis; e, por fim, na assistência aos demais *stakeholders* à compreensão e interpretação das normas contábeis (IASB, 2015), justifica-se a opção por compreender esse DP específico.

Tendo em vista que não foram notados estudos focados em analisar especificamente a consequência das cartas de comentários enviadas ao IASB a partir da comparação entre versões normativas, o presente estudo busca complementar a literatura, investigando, através da análise de conteúdo das cartas recebidas pelo IASB relativas ao *discussion paper* "*A review of the Conceptual Framework for Financial Reporting*", de 2013, a participação dos respondentes no processo de proposição de melhorias da referida norma, bem como a efetividade das sugestões apresentadas por esses atores frente às propostas absorvidas pelo *exposure draft* revisto, publicado em maio de 2015, como uma nova versão da estrutura conceitual.

Dada a atual conjuntura de constante avaliação e reformulação das normas globais de contabilidade, o presente estudo contribui para literatura ao apresentar a relevância da atuação dos profissionais neste processo, bem como ao possibilitar uma melhor compreensão acerca da relevância das cartas comentários no processo de aperfeiçoamento do padrão de contabilidade vigente.

Além dessa introdução, o presente estudo tem seguimento em quatro seções. Inicialmente, no arcabouço teórico, apresenta-se uma contextualização sobre o IASB e o processo de emissão das *International Financial Reporting Standards* (IFRS), seguido de um breve histórico do processo de revisão da estrutura conceitual e, por fim, de uma revisão da literatura acerca da influência dos participantes nas alterações das normas de contabilidade. No tópico subsequente, reportam-se os aspectos metodológicos utilizados na pesquisa e suas respectivas justificativas. No quarto tópico, são reportados os resultados alcançados na presente pesquisa para, por fim, no quinto tópico, serem apresentadas as considerações finais com a evidenciação das limitações e, principalmente, as indicações de oportunidades para o desenvolvimento de futuras pesquisas.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE O IASB E O PROCESSO DE EMISSÃO DAS IFRS

No ano de 1973, Sir Henry Benson (mais tarde Lord Benson), sócio sênior da firma Cooper Brothers & Co. do Reino Unido (atualmente componente da PriceWaterhouseCoopers) e presidente do Instituto dos Contadores Regulamentados da Inglaterra e do País de Gales (*Institute of Chartered Accountants in England and Wales* – ICAEW) no período de 1966-1967, liderou um movimento de harmonização buscando reduzir as diferenças de práticas contábeis entre os países, que culminou na fundação do *International Accounting Standards Committee* (IASC) – primeira iniciativa efetiva de definição de normas globais de contabilidade (ZEFF, 2012).

No final dos anos 1990, o IASC notou a necessidade de se reestruturar, de forma que os reguladores, sobretudo a *Securities and Exchange Commission* (SEC), pudessem confiar que o organismo, ao avançar, seria, de fato, um normalizador de alta qualidade. O entendimento à época era de que um órgão essencialmente formado com atuação voluntária, em tempo parcial, criado por profissionais e *stakeholders* em detrimento de legisladores ou reguladores do governo, com equipe de trabalho relativamente reduzida, comitês voluntários responsáveis por elaborar normas com amplitude global e com reuniões em plenário onde pouco mais de 60 pessoas se reuniam, não possibilitava a confiança necessária para alcançar legitimidade (WHITTINGTON, 2008; ZEFF, 2012).

Nessa conjuntura, foi realizada uma mudança substancial no *modus operandi* que culminou na atual configuração do IASB; isto é, um *board* profissional em tempo integral (*full-time*), projetado para ser um emissor de normas globais independentes, e herdando um legado notável do organismo predecessor, não só em termos de padrões outrora promulgados, mas, sobretudo, em termos de apoio e boa vontade internacional (WHITTINGTON, 2008).

Assim, 27 anos depois da sua fundação, o *International Accounting Standards Committee* (IASC) se reestruturou, dando origem ao atual IASB no ano de 2001. A partir de então, desde a regulamentação da Comissão Europeia à adoção das *International Accounting Standards* (IAS) por parte das firmas sediadas na zona do Euro, do firmamento do Acordo Norwalk, e, mais recentemente, do acordo de convergência com o FASB, o IASB gradativamente tem incrementado a sua importância, assumindo, sem sombra de dúvidas, o *status* de organismo privado emissor de normas globais de Contabilidade (ADHIKARI et al., 2014).

Dada a amplitude global das normas propostas pelo IASB, estas são desenvolvidas através de um amplo processo de consulta pública que pode incluir a realização de testes pilotos, comentários às minutas de exposição (*exposure drafts*), reuniões públicas de mesa redonda e audiências públicas (GEORGIU, 2010). Nessa linha, de acordo com *The International Accounting Standards Committee Foundation* – IASCF (2010), o processo de emissão de normas em Contabilidade envolve seis etapas distintas:

- I. Definição da agenda;
- II. Planejamento do projeto;
- III. Desenvolvimento e publicação de um *discussion paper* (DP);
- IV. Desenvolvimento e publicação de um *exposure draft* (ED);
- V. Desenvolvimento e publicação de uma IFRS; e
- VI. Procedimentos após a emissão de uma IFRS.

Segundo Yen, Hirst e Hopkins (2007), o DP é uma das etapas mais relevantes do processo de emissão de normas, já que possibilita que todos os *stakeholders* forneçam seus

pontos de vista na esperança de influenciar o modelo resultante. Um DP inclui questões, alternativas e conclusões preliminares do *Board* sobre os aspectos fundamentais da norma proposta.

Adicionalmente, ressalta-se que, muito embora as normas do IASB tenham implicações direta ou indiretamente nas empresas mais cotadas do mundo, suas decisões não têm poder impositivo, isto é, a decisão pela adoção das normas preconizadas cabe às autoridades locais de cada país. Assim, torna-se imprescindível obter a maior legitimidade possível no delineamento e/ou aperfeiçoamento do padrão de contabilidade.

Nesse aspecto, dado que a definição de normas contábeis globais é moldada por considerações econômicas e políticas (BALL, 2006) – o que tem tornado o processo extremamente complexo –, é corriqueira a necessidade de ponderação e, principalmente, acomodação de opiniões, pontos de vista e, sobretudo, interesses econômicos, invariavelmente incompatíveis de alternativas de relatórios financeiros (ARMSTRONG et al., 2010).

Os utilizadores das IFRS, incluindo investidores, firmas e agências governamentais, têm participado ativamente desse processo de desenvolvimento de normas, sobretudo durante os períodos de envio de cartas de comentários, na tentativa de influenciar um padrão que apresente melhor aderência aos seus respectivos interesses (ALALI; CAO, 2010).

Nesse ponto, o processo de convergência e, sobretudo, de construção e revisão das normas contábeis tem despertado o interesse por parte de alguns pesquisadores.

### **2.1.1 BREVE HISTÓRICO DO PROCESSO DE REVISÃO DA ESTRUTURA CONCEITUAL**

Como apresentado anteriormente, na medida em que diferentes culturas contábeis (*framework* institucional da contabilidade, incluindo o ambiente de mercado doméstico, as práticas e crenças específicas sobre o papel da contabilidade, leis societárias, regulação e práticas de governança corporativa) levam a visões distintas acerca do conteúdo apropriado de relatórios financeiros, ocasionando, invariavelmente, a um intratável desacordo sobre a proposta de um modelo global fortemente baseado em princípios em detrimento de regras, o IASB tenta superar essa possível fonte de desavenças através do delineamento da estrutura conceitual, que, com efeito, é a declaração do organismo sobre a sua própria cultura contábil, incluindo os objetivos da informação financeira e as propriedades desejáveis da informação advinda dos relatórios financeiros (WHITTINGTON, 2008).

Esse arcabouço conceitual delinea o objetivo e os conceitos inerentes aos relatórios financeiros de propósito geral, sendo uma ferramenta prática que: suporta o IASB no desenvolvimento de padrões de contabilidade baseados em conceitos coerentes; auxilia os preparadores no desenvolvimento de políticas contábeis consistentes no cenário onde nenhuma outra norma aplica-se a uma transação ou evento específico, ou quando uma norma específica possibilita discricionariedade acerca de política contábil; e fomenta maior grau de interpretação e compreensibilidade das normas por parte dos preparadores e *stakeholders*. Para tal, o IASB continuamente reavalia o arcabouço existente com o intuito de atualizá-lo e, eventualmente, preencher as lacunas em detrimento de reconsiderar fundamentalmente todos os aspectos da estrutura conceitual (IASB, 2015).

A primeira versão do *Conceptual Framework* foi publicada em 1989 ainda pelo IASC. Com o passar dos anos, notou-se a necessidade de refinamento e atualização dessa primeira versão, o que culminou com o início do projeto do arcabouço conceitual conjunto do IASB com o FASB, em 2002, como resultado direto do acordo de Norwalk, nos termos de que

ambos *boards* concordaram em trabalhar conjuntamente sobre normas futuras, além de se comprometerem a buscar o alinhamento daquelas já existentes (WHITTINGTON, 2008).

Em 2010, a estrutura conceitual foi então revisada, como resultado desse projeto conjunto com o FASB. Porém, a despeito de a reelaboração ter contribuído para o desenvolvimento e revisão das IFRS, alguns problemas permaneceram demandantes de ajustes, a saber: áreas importantes não compreendidas pelo documento; inexistência ou baixo detalhamento de orientação em algumas questões específicas; e existência de desatualização de alguns aspectos do arcabouço conceitual (IASB, 2015).

Reconhecendo essas limitações, em 2011, o IASB realizou uma consulta pública sobre a sua agenda, tendo a maioria dos respondentes identificado a Estrutura Conceitual como projeto prioritário para o IASB (IASB, 2015). Nesse aspecto, o *Board* retomou a reavaliação do arcabouço conceitual em 2012, priorizando a revisão das partes não compreendidas na versão de 2010.

À luz das respostas recebidas ao DP "A Review of the Conceptual Framework for Financial Reporting" de 2013, foi publicado, em 28 de maio de 2015, para consulta pública, um *exposure draft*, que apresenta as propostas da versão revista da Estrutura Conceitual para Relatórios Financeiros. Comentários a essa nova versão puderam ser enviados até 26 de outubro de 2015, sendo esperada a publicação, por parte do IASB, da versão final em meados de 2016.

## 2.2 INFLUÊNCIA DOS PARTICIPANTES NAS ALTERAÇÕES DAS NORMAS DE CONTABILIDADE – CASOS ANTERIORES

Como apresentado anteriormente, existe uma variedade de formas possíveis de os atores influenciarem formalmente o processo de definição de normas em contabilidade, entretanto, as cartas de comentários são, de longe, o método que mais tem demandado interesse por parte da academia (HOLDER *et al.*, 2013). Dado o exposto, buscou-se, a seguir, apresentar brevemente algumas das principais pesquisas correlatas ao presente estudo.

Por meio de uma análise de conteúdo das cartas de comentários apresentadas ao (FASB) em resposta ao *Board's Comprehensive Income Reporting Exposure Draft*, Yen, Hirst e Hopkins (2007) categorizaram e analisaram os argumentos contidos nas referidas cartas, destacando a forma como as empresas tentam persuadir o FASB.

Segundo os autores, a despeito da expressa sugestão do FASB para que os comentários se concentrassem nos aspectos teóricos da norma proposta, notou-se que muitos dos argumentos utilizados não apresentaram uma fundamentação teórica, mas essencialmente uma abordagem orientada para os resultados, com ênfase nos efeitos negativos previstos decorrentes da aplicação do *Exposure Draft* para determinadas empresas e indústrias.

Chatham, Larsonb e Vietzec (2010), por meio da análise das cartas de comentários para o DP "*Financial Instruments: Recognition and Measurement*" da IAS 39, buscaram desvendar quais questões eram mais relevantes para os respondentes e se os grupos de *stakeholders* diferiam em suas posições e/ou razões para fundamentar seus respectivos pontos de vista.

Os autores notaram que o DP representou um grande passo em direção à aprovação da IAS 39, propondo, inclusive, a utilização do valor justo para instrumentos financeiros. Nas mais de 1.500 páginas de cartas de comentários enviadas pelos 168 respondentes oriundos de mais de 20 países e diferentes tipos de *stakeholders*, os autores concluíram que, enquanto uma maioria discordou do DP, diferenças significativas foram notadas no posicionamento e nos argumentos utilizados por grupos e nacionalidade dos *stakeholders*.

Alali e Cao (2010) discutiram como as influências de autoridades públicas e *stakeholders* na emissão de normas por parte do IASB, e o sistema de financiamento têm afetado a independência e, por conseguinte, a confiabilidade do IASB e, conseqüentemente, a credibilidade das IFRS. A título de resultados, os autores sugerem que, em alguns casos, a influência de autoridades políticas, reguladores e interesses dos *stakeholders* têm levado o IASB a propor alterações potencialmente injustificáveis às IFRS. Adicionalmente, Alali e Cao (2010) notaram que, até 2006, a *The International Accounting Standards Committee Foundation* (IASCF) foi financiada através de um sistema de doações voluntárias semelhante ao utilizado pelo FASB no período pré Sarbanes-Oxley, sendo, à época, as *big four* (quatro maiores firmas de auditorias), algumas das maiores empresas do mundo, os principais financiadores.

Entretanto, uma série de modificações no sistema de financiamento do IASCF, adotadas em junho de 2006, possibilitou, na visão de Alali e Cao (2010), que o organismo continuasse a ser uma organização independente e privada, com os recursos necessários para realizar seu trabalho em tempo hábil e com a qualidade a que se propõe.

Com o objetivo de incrementar a compreensão de como a utilização de cartas-respostas pode influenciar os normalizadores nacionais e internacionais de contabilidade, Holder *et al.* (2013) analisaram 369 cartas comentários escritas em resposta ao IASB *Exposure Draft* de propostas de emendas à IAS 37 e ao FASB's *Exposure Draft* de propostas de emendas ao FASB nº 5. Entre os principais resultados, os autores notaram que os usuários apresentaram apoio significativamente mais intenso quando comparados aos demais *stakeholders*; o ED do IASB foi amplamente mais questionado por domiciliados em países nos quais a IAS 37 era exigida ou permitida do que por atores oriundos de países onde modelos domésticos eram impostos em detrimento às IFRS; e, por fim, os respondentes que eram obrigados ou tinham a discricionariedade da utilização das IFRS, foram significativamente mais propensos a expressarem uma resposta desfavorável para o ED.

Mais recentemente, tendo como pano de fundo a avaliação do grau de apoio das cartas comentários enviadas em resposta à "*Roadmap for the Potential Use of Financial Statements Prepared in Accordance with International Financial Reporting Standards (IFRS) by US issuers*" proposta pela *Securities and Exchange Commission* (SEC), Adhikari, Betancourt e Alshameri (2014) investigaram, também, se o tipo entrevistado (*e.g.*, preparadores, investidores e usuários domésticos versus estrangeiros) e suas características (*e.g.*, indústria, porte e política contábil) eram determinantes do posicionamento. Os autores obtiveram indícios empíricos de que, embora exista um forte apoio à ideia de um conjunto de normas de contabilidade globais de alta qualidade, a maioria dos entrevistados se opõe ao roteiro proposto. Além disso, Adhikari, Betancourt e Alshameri (2014) sugerem que os comentários recebidos diferem sistematicamente em relação a características dos respondentes, como o tipo de entrevistado, características das empresas, e tipo de indústria.

Assim, é possível notar que a análise do posicionamento dos autores recorrentes do processo de submissão de cartas comentários a DP's tem demandado o crescente interesse por parte da academia. Nesse aspecto, tendo em vista que não foram notados estudos focados em analisar especificamente a consequência das cartas de comentários enviadas ao IASB a partir da comparação entre versões normativas, o presente estudo busca complementar a literatura, investigando, através da análise de conteúdo das cartas recebidas pelo IASB relativas ao *discussion paper* "*A review of the Conceptual Framework for Financial Reporting*", de 2013, a participação dos respondentes no processo de proposição de melhorias da referida norma, bem como a efetividade das sugestões apresentadas por esses atores frente às propostas absorvidas pelo *exposure draft* revisto, publicado em maio de 2015, como uma nova versão da estrutura conceitual.

### 3 MÉTODO DA PESQUISA

Dado o objetivo proposto, o presente estudo se enquadra como uma pesquisa exploratória. O caráter exploratório decorre do propósito de analisar a efetividade das sugestões apresentadas através de cartas-respostas ao *discussion paper* da estrutura conceitual, de 2013 (CF2013), frente às propostas incluídas no *exposure draft* revisto, de 2015 (CF2015).

Para tal, foram realizadas análises de conteúdo das 245 cartas comentários submetidas ao IASB, e publicadas em seu site. Segundo Bardin (1995, p. 42), análise de conteúdo é "um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens".

Apesar da recorrente utilização de recursos computacionais para tais análises, no presente estudo, optou-se pela codificação manual, dado que esta opção possibilita uma avaliação quantitativa mais confiável (BEATTIE *et al.*, 2004). Adicionalmente, essa avaliação possibilita o enquadramento de observações distintas dos respondentes, possibilitando a codificação de mensagens com essências similares, de forma a permitir inferências generalizáveis (YEN; HIRST; HOPKINS, 2007).

Acerca do protocolo adotado no estudo, as versões das estruturas conceituais de 2013 e 2015 foram obtidas no site do IASB, bem como as cartas-respostas às questões do CF2013. O prazo para a submissão das cartas foi 14 de janeiro de 2014, e havia 244 cartas cadastradas como entregues dentro do prazo, e ainda outras duas como "Cartas comentários recebidas após o período para comentários"<sup>1</sup>, totalizando, assim, 246 documentos. No entanto, uma das cartas (de Jacques Lafrance, do *Institut Canadien des Actuares [Canadian Institute of Actuaries]*) aparece duas vezes, tendo sido claramente um engano no momento de colocá-la no site. Em outros cinco casos, porém, a mesma carta está apresentada de duas a quatro vezes, mas associada a respondentes e entidades distintas. Como se tratam de documentos assinados por vários indivíduos e instituições, foram considerados múltiplas vezes, visto que representavam opiniões de diferentes representantes incluídos no mesmo suporte.

Caso semelhante ocorreu com as cartas de 18 cooperativas que, apesar de terem sido remetidas por entidades diferentes (em seus respectivos papéis timbrados), o conteúdo era exatamente igual. São cooperativas associadas à *International Co-operative Alliance*, que operam em Alemanha, Argentina, Bélgica, Canadá, China, Colômbia, Dinamarca, Espanha, França, Inglaterra, Itália, Japão e Uruguai. Outras quatro cartas (de Bélgica, China, Inglaterra e Canadá), mencionaram apoiar as demais opiniões enviadas, sem, porém, repetir integralmente o conteúdo do documento. Uma dessas cartas, proveniente dos EUA, diferentemente das demais, não foi assinada por uma cooperativa, e sim por uma professora da *University of Winnipeg*, mas, ainda assim, com o mesmo conteúdo das demais (com a diferença de alguns trechos estarem sublinhados). As cartas mais antigas datam de 10 de janeiro de 2014, e são quatro. Na verdade, dentre o total das 23 cartas de cooperativas, apenas duas delas não pertencem ao mesmo grupo (a do Brasil e a da Finlândia), e, apesar de responderem às questões 10 e 23 do CF2013, como as demais, suas respostas foram distintas.

Assim, seguindo o mesmo procedimento do IASB, essas cartas foram consideradas separadamente, fazendo com que a amostra final ficasse com 245 documentos. Desse total, cerca de 50% responderam a todas as questões propostas, e outros 15% apresentaram resposta

---

<sup>1</sup> "Comment letters received outside the comment letter period".

às questões da Seção 6 Mensuração, aqui analisada. Por fim, cerca de 9% fizeram apenas comentários gerais à estrutura conceitual.

O motivo da inclusão das duas cartas classificadas como recebidas fora do prazo é que, pelas datas das cartas e da publicação no site pelo IASB, 47 daquelas consideradas como dentro do prazo tinham data posterior a 14 de janeiro de 2014, declaradamente o termo final (outros 25 documentos não tinham data específica declarada). Vale comentar que a prática de entrega no último dia parece bem disseminada mundialmente, com 37% das cartas entregues no dia 14/01/14 e apenas 33% entregues antes disso. As características gerais da amostra estão apresentadas na Tabela 01.

**Tabela 01 - Características gerais da amostra**

Cartas no site do IASB classificadas como dentro do prazo	244	
Cartas classificadas como recebidas fora do período	2	
Carta repetida no site do IASB	-1	
Total da amostra	245	
Data da carta mais antiga	29/jul/13	
Data da carta mais recente	11/dez/14	
Quantidade de cartas com data anterior a 14/jan/2014	82	33,47%
Quantidade de cartas datadas como 14/jan/2014	91	37,14%
Quantidade de cartas com data posterior a 14/jan/2014	47	19,18%
Quantidade de cartas datadas apenas com "January, 2014"	4	1,63%
Quantidade de cartas sem informação de data	21	8,57%
Total da amostra	245	100,00%
Número de páginas total das cartas (somatório)	3.786	
Média da quantidade de páginas	15,45	
Moda da quantidade de páginas	8	
Mediana da quantidade de páginas	13	
Quantidade mínima de páginas	1	
Quantidade máxima de páginas	117	
Cartas com respostas a todas as questões	122	49,80%
Cartas com respostas à seção 6 - mensuração	36	14,69%
Cartas com comentários gerais	22	8,98%
Cartas com outras variações de respostas	65	26,53%
Total da amostra	245	100,00%
Total de cartas com respostas à seção 6 (= 122 + 36)	158	64,49%

Fonte: elaborada pelos autores.

### 3.1 DETALHAMENTO DO UNIVERSO

Em relação à atuação profissional dos respondentes, através de um levantamento inicial, foi dimensionada a participação do público alvo do presente estudo, conforme reportado na Tabela 02.

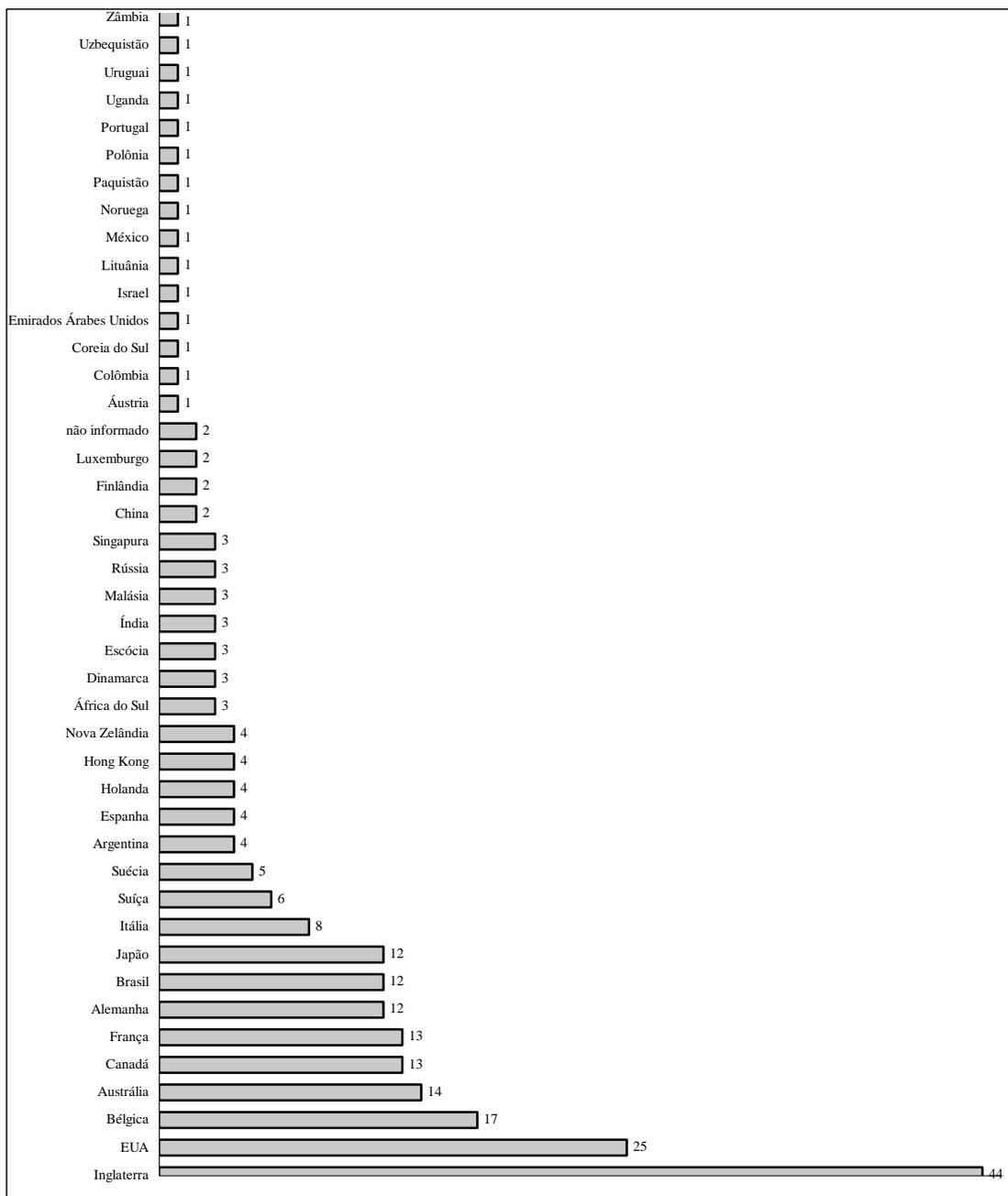
**Tabela 02 - Tipo de Respondente**

	Tipo de respondente por quantidade de participação	Quantidade	%	Acumulado
1	Empresa: individual, associação empresas e associação indústrias	43	17,55%	17,55%
2	Contador: individual, empresa e associação	39	15,92%	33,47%
3	Academia	31	12,65%	46,12%
4	Normalizador	27	11,02%	57,14%
5	Banco: individual, associação, cooperativa e supervisor	23	9,39%	66,53%
6	Cooperativa	23	9,39%	75,92%
7	Analista, investidor, usuário: associação	17	6,94%	82,86%
8	Regulador e governo	14	5,71%	88,57%
9	Auditor: empresa, associação e normalizador	11	4,49%	93,06%
10	Seguradora: empresa e associação	10	4,08%	97,14%
11	Atuária: associação	4	1,63%	98,78%
12	Outros: bolsa de valores, consultoria jurídica, governança corporativa	3	1,22%	100,00%
		245	100,00%	
	Instituição	203	82,86%	82,86%
	Individual	30	12,24%	95,10%
	Grupo (sem representar nenhuma instituição definida)	12	4,90%	100,00%
	Total	245	100,00%	

Fonte: Levantamento realizado pelos autores com base nas 245 cartas comentários submetidas ao IASB.

Pode-se notar, com base no levantamento preliminar, que os preparadores das demonstrações contábeis (empresas e indústrias de diferentes setores e suas associações) e os contadores e seus organismos profissionais foram, de longe, os atores mais recorrentes na discussão da estrutura conceitual. A maioria das cartas (83%) traz a opinião oficial das instituições, 12% são sugestões individuais, e 5% representam grupos formados especificamente para enviar comentários – 11 dentre o total de 12 pertencem à academia, e um grupo foi formado por contadores de seis empresas japonesas de tecnologia, mas que não expressam diretamente a opinião das companhias.

Em relação à localidade dos respondentes, houve a participação de 42 países, sendo 124 do sistema legal da *common law* (50,61%), 119 de *code law* (48,57%) – classificados de acordo com La Porta, De-Silanes, e Shleifer (2008) –, e dois respondentes (0,82%) não informaram suas localizações. A quantidade de cartas por país é reportada no Gráfico 01.

**Gráfico 1 - Participação dos países em relação às cartas-respostas**

Fonte: elaborado pelos autores.

Como poderia ser esperado, a Inglaterra, país sede do IASB, teve o maior número de contribuições, seguida pelos EUA, país que não adota as normas IFRS, o que pode indicar um interesse de convergência. Diferente de outros estudos, que consideram os quatro países do Reino Unido como um único perfil de colaboração, aqui se optou por separar a Escócia da Inglaterra (Irlanda do Norte e País de Gales não fizeram contribuições), visto que as três cartas deste país vieram da associação e de uma empresa de contadores locais, e de uma empresa de seguros escocesa, o que caracteriza a identidade diferenciada da região.

A classificação conjunta dos respondentes por tipo de atuação e país está na Tabela 03, separada por tipo legal (*common law* e *code law*).

Tabela 03: Respondentes por atuação profissional, país e sistema legal

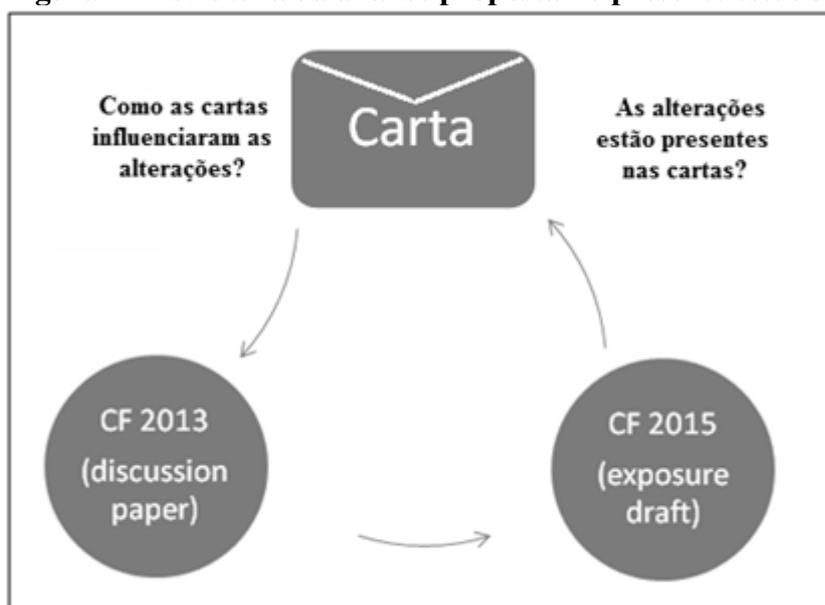
CODE LAW	Academia	Analista, investidor, usuário	Atuária	Auditor	Banco	Contador	Cooperativa	Empresa	Normalizador	Regulador	Seguradora	Outros	Total
Alemanha				1	2		1	4	1	1	2		12
Argentina						1	1		2				4
Áustria									1				1
Bélgica				2	3	3	6	1	1	1			17
Brasil	2	1	1	2	1	1	2	1	1	1			12
China							1		1				2
Colômbia							1						1
Coreia do Sul									1				1
Dinamarca							1	1	1				3
Espanha							1	1		2			4
Finlândia	1						1						2
França	1	1	1	3		1	4			2			13
Holanda		2						1	1				4
Itália	1			1			5		1				8
Japão	1	1	1		1	2	1	2	2		1		12
Litânia				1									1
Luxemburgo					1				1				2
México									1				1
Noruega									1				1
Polónia									1				1
Portugal						1							1
Rússia						1			1			1	3
Suécia	1	1				1		1	1				5
Suíça				2				2		1	1		6
Uruguai							1						1
Uzbequistão	1												1
	8	6	1	4	14	10	19	24	19	8	5	1	119
COMMON LAW	Academia	Analista, investidor, usuário	Atuária	Auditor	Banco	Contador	Cooperativa	Empresa	Normalizador	Regulador	Seguradora	Outros	Total
África do Sul	1					1			1				3
Austrália	3			1		3		2	2	2		1	14
Canadá	2		2		1	2	2	2	1	1			13
Emirados Árabes Unidos								1					1
Escócia						2					1		3
EUA	5	5	1	3	2	1	5				3		25
Hong Kong	1			1	2								4
Índia						1		1		1			3
Inglaterra	7	6	1	5	4	9	1	7		2	1	1	44
Israel									1				1
Malásia						2			1				3
Nova Zelândia	2							1	1				4
Paquistão						1							1
Singapura	1					1			1				3
Uganda						1							1
Zâmbia						1							1
	22	11	3	7	9	28	4	19	8	6	5	2	124
Não informado	1					1							2
Total da amostra	31	17	4	11	23	39	23	43	27	14	10	3	245

Fonte: elaborada pelos autores.

O grupo dos normalizadores corresponde aos comitês de pronunciamentos contábeis, dos diferentes países, que adaptam as normas do IASB para as realidades locais. O fato de Argentina e Japão aparecerem com dois órgãos cada decorre do fato de o país sul-americano ter enviado duas contribuições em nome do *Grupo Latinoamericano de Emisores de Normas de Información Financiera* (GLENIF), e de o comitê local do país asiático ser, também, o atual líder do "AOSSG *Conceptual Framework Working Group*" (conforme correspondência com os autores desse trabalho), sendo AOSSG o *Asian-Oceanian Standard-Setters Group*, reunindo 26 membros normalizadores da região da Ásia-Oceania: Austrália, Brunei, Camboja, China, Dubai, Hong Kong, Índia, Indonésia, Iraque, Japão, Cazaquistão, Coreia, Macau, Malásia, Mongólia, Nepal, Nova Zelândia, Paquistão, Filipinas, Arábia Saudita, Singapura, Sri Lanka, Síria, Tailândia, Uzbequistão e Vietnã.

Como apresentado anteriormente, a análise da relação entre o conteúdo das cartas de comentários e as diferenças entre o CF2013 e o CF2015 foi realizada sob duas perspectivas diferentes: num primeiro momento, foi verificado o conteúdo das respostas e, a partir do que foi sugerido pelos respondentes, procurou-se o reflexo dessas sugestões nas alterações entre as duas estruturas conceituais; e, num segundo momento, a partir das diferenças entre os dois textos, procurou-se, nas cartas-respostas, a fonte das mudanças. A Figura 01 apresenta os dois esquemas de análise.

**Figura 1 - Estrutura da análise proposta no presente estudo.**



Fonte: elaborada pelos autores.

A dupla análise foi necessária para compreender o quanto o IASB considerou as respostas recebidas. Por um lado, foi verificado se as cartas, comentando o CF2013, levaram a alterações apresentadas no CF2015; por outro, foi verificado se as alterações presentes no CF2015 em relação ao CF2013 provieram das cartas. Num contexto ideal, todas as sugestões levariam a mudanças e todas as mudanças teriam vindo das sugestões. Porém, tal mecanismo é impossível, visto a diversidade mundial do ambiente contábil. Por isso, há necessidade de uma compreensão maior de como os interessados dos diferentes locais estão, de fato, influenciando nas normas que terão que usar.

Assim, a partir das perguntas contidas na estrutura conceitual de 2013, na seção 6, sobre mensuração, foi feito um *check list* para a verificação de como cada respondente se

posicionou perante o tema. Alinhado a Yen, Hirst, & Hopkins (2007), o conteúdo das cartas foi analisado e codificado de acordo com o nível de apoio à proposta do CF2013, e os argumentos utilizados para fundamentar a resposta. Especificamente acerca do nível de apoio, este foi classificado inicialmente em três níveis: favorável, parcialmente favorável (= parcialmente desfavorável), ou desfavorável. Entretanto, como alguns respondentes não abordaram especificamente os conteúdos apresentados nas questões, a exemplo dos estudos anteriores, optou-se por codificar esses casos como "sem resposta". Note-se que essa classificação se refere àquelas cartas que afirmaram estar respondendo à pergunta, mas não continham resposta direta a ela: seja porque comentaram a seção como um todo e deixaram de apreciar algum tema questionado, seja porque responderam a cada questão sem se deter nos subitens das perguntas e deixaram de comentar algum deles. Para as cartas-respostas que não se propuseram a tratar da seção sobre mensuração, foi usada a classificação de "não se propõem a responder".

Isso foi feito para as quatro primeiras questões da seção analisada (questões 11, 12, 13 e 14 do CF 2013) e seus respectivos subitens, visto que a quinta e última questão (nº 15) era aberta. Para essa questão, foram analisadas e categorizadas as sugestões propostas. A análise separada de cada item das quatro primeiras questões da sexta seção do CF2013 foi necessária, visto que os diferentes itens permitiam respostas separadas, o que foi realmente feito pela maioria dos respondentes. Assim, não havia como considerar de forma correta a questão como um todo. A partir dos desdobramentos dos subitens das questões, ficaram, ao todo, 16 perguntas específicas e uma geral para a seção 6 do *conceptual framework* de 2013, mensuração (apresentadas no Anexo A).

Para o segundo aspecto da análise do presente estudo, foi realizada uma comparação entre as versões de 2013 e 2015 da sexta seção da estrutura conceitual, sendo identificadas quatro alterações mais significativas: (1) a diminuição em 38,5% em relação à quantidade de itens da seção (de 130 para 80 itens); (2) a mudança do conceito de três formas de mensuração (baseadas em custo, preço de mercado atual incluindo valor justo, e outras mensurações baseadas em fluxo de caixa) para apenas duas (custo histórico e valor corrente), ficando a terceira como técnica de mensuração e deslocada para o apêndice da estrutura conceitual; (3) a separação em subcapítulo da discussão sobre "mais de uma base de mensuração relevante" (IASB, 2015, p. 71); e (4) a criação de um subitem para tratar unicamente da mensuração do patrimônio líquido.

A motivação para essas alterações foi buscada nas cartas-respostas, através de lista de checagem para a presença ou não de comentário sobre cada uma das alterações. Ou seja, foi realizado um levantamento sobre qual ator propôs cada alteração de fato concretizada. Com base nesses dois conjuntos de itens – nível de concordância e suas razões, e presença ou não de cada alteração feita, no conteúdo de cada carta – puderam ser respondidas as indagações desse trabalho sobre o quanto as respostas influenciaram nas alterações e a contrapartida sobre o quanto as alterações feitas estavam presentes nas sugestões das cartas. Os resultados estatísticos dessa análise estão apresentados e discutidos a seguir.

#### **4 RESULTADOS E ANÁLISE**

Em relação à Seção 6 – Mensuração, foram ao todo 158 cartas-respostas (64,49%) publicadas no site do IASB (ver Tabela 01). Vários respondentes aproveitaram o tema da questão para fazer comentários gerais sobre mensuração em detrimento de responder especificamente às perguntas da forma apresentada no CF2013. Isso dificultou a tabulação das respostas, já que era preciso inferir do comentário geral amplo o nível de concordância com cada uma das questões específicas formuladas.

Em relação a cada item questionado pelo IASB, o nível de concordância é reportado na Tabela 04.

Tabela 04: Nível de concordância sobre cada subitem das questões 11, 12, 13 e 14 do CF 2013

Questões	Tema	Concordância		Parcial concord.		Discordância		Sem resposta		Não se propõem a responder o item		Total
11a	Objetivo da mensuração	96	39,18%	24	9,80%	20	8,16%	16	6,53%	89	36,33%	245
11b	Não ter base única	125	51,02%	8	3,27%	11	4,49%	12	4,90%	89	36,33%	245
11c	Considerar mensuração em BP, DRE e DRA	99	40,41%	19	7,76%	8	3,27%	30	12,24%	89	36,33%	245
11d	Seleção por contribuição de ativo e passivo	66	26,94%	39	15,92%	32	13,06%	19	7,76%	89	36,33%	245
11e	Menor n° possível de bases de mensuração	87	35,51%	4	1,63%	37	15,10%	28	11,43%	89	36,33%	245
11f	Relação custo x benefício	101	41,22%	12	4,90%	5	2,04%	36	14,69%	91	37,14%	245
12a	Ativos em uso - usar custo	63	25,71%	36	14,69%	31	12,65%	18	7,35%	97	39,59%	245
12b	Ativos para venda - usar preço de saída	55	22,45%	36	14,69%	40	16,33%	17	6,94%	97	39,59%	245
12c	Ativo financeiro para coleta - usar custo	64	26,12%	29	11,84%	30	12,24%	25	10,20%	97	39,59%	245
12d	Cobrança por uso de ativo - significância para entidade	58	23,67%	26	10,61%	37	15,10%	27	11,02%	97	39,59%	245
13a	Passivo sem termo - só usar fluxo de caixa	74	30,20%	27	11,02%	28	11,43%	16	6,53%	100	40,82%	245
13b	Passivo a termo e serviços - usar custo	74	30,20%	25	10,20%	28	11,43%	18	7,35%	100	40,82%	245
13c	Passivo a ser transferido - usar preço de mercado atual	77	31,43%	19	7,76%	27	11,02%	22	8,98%	100	40,82%	245
14a	Custo não é útil se fluxo de caixa não ligado a custo original	78	31,84%	17	6,94%	29	11,84%	14	5,71%	107	43,67%	245
14b	Custo não é útil se há juros contratuais a pagar	74	30,20%	19	7,76%	28	11,43%	17	6,94%	107	43,67%	245
14c	Custo não é útil se há desproporcional efeito de mercado	75	30,61%	18	7,35%	27	11,02%	18	7,35%	107	43,67%	245
Total		1.266	32,30%	358	9,13%	418	10,66%	333	8,49%	1.545	39,41%	3.920

Fonte: elaborada pelos autores.

Os valores apresentados na Tabela 04 se referem àquelas cartas comentários que indicaram ter respondido as questões da seção sobre mensuração (n = 158), sendo classificadas como "não se propõem a responder o item" àquelas que não responderam a essas questões. Os números correspondentes à coluna "sem resposta" dizem respeito à ausência de comentário sobre o item específico da questão, ainda que tenha havido resposta a algum outro item da seção. Há, portanto um total de 3.920 respostas, visto que foram 245 cartas e há 16 subitens nas questões 11 a 14 da seção 6 (245 x 16 = 3.920).

Pelos resultados apresentados na Tabela 04, percebe-se que a maioria dos respondentes da seção analisada (32,30%) foram favoráveis às propostas do IASB, sendo que apenas 10,66% discordaram do que foi apresentado na seção sobre mensuração.

Considerando cada item de cada pergunta, o que teve maior aceitação (51,02%) foi aquele referente ao uso de mais de uma base de mensuração, de acordo com a relevância da informação pretendida. O tema de maior discordância (16,33%) – e menor concordância (22,45%) – foi sobre o uso do preço de saída para ativos mantidos para a venda, cujos comentários evidenciaram o conflito existente em relação a isso valer também para itens de estoque, o que guiou a discordância. A questão que mais foi deixada sem resposta discorria sobre a relação custo-benefício do uso de uma mensuração específica, sendo a questão 14 a que menos respondentes se dispuseram a analisar (43,67%).

Quanto ao nível de concordância por respondente, a maioria das cartas-respostas (69%) apresentou mais concordância do que discordância em relação ao total de questões sobre mensuração, indicando uma aprovação quanto ao conteúdo dessa seção da proposta de estrutura conceitual, conforme apresentado na Tabela 05.

**Tabela 05 - Nível de concordância por respondente**

	N	%
Concordância > discordância	109	68,99%
Discordância > concordância	35	22,15%
Concordância = discordância	9	5,70%
Não respondem às questões	5	3,16%
	158	100,00%

Fonte: elaborada pelos autores.

Considerando o grupo profissional dos respondentes, a maior concordância com a totalidade das características sobre mensuração foi dos normalizadores (52,08%), e a maior discordância dos auditores (25,57%). Nenhuma das cartas de cooperativas comentavam a seção de mensuração. Por parte de analistas, investidores e usuários das informações contábeis, 68,75% das perguntas não foram consideradas, formando o segundo maior grupo que não participou da discussão sobre mensuração. A relação entre os níveis de aprovação e o tipo de respondente é reportada na Tabela 06.

**Tabela 06 - Apoio em relação à totalidade das perguntas específicas por tipo de respondente**

	N	Concordância	Parcial concordância	Discordância	Sem resposta	Não se propõem a responder	Total						
Academia	31	115	23,19%	19	3,83%	67	13,51%	62	12,50%	233	46,98%	496	100,00%
Analista, investidor, usuário	17	56	20,59%	8	2,94%	5	1,84%	16	5,88%	187	68,75%	272	100,00%
Atuária	4	21	32,81%	13	20,31%	8	12,50%	13	20,31%	9	14,06%	64	100,00%
Auditor	11	43	24,43%	30	17,05%	45	25,57%	26	14,77%	32	18,18%	176	100,00%
Banco	23	155	42,12%	30	8,15%	23	6,25%	22	5,98%	138	37,50%	368	100,00%
Contador	39	251	40,22%	85	13,62%	114	18,27%	36	5,77%	138	22,12%	624	100,00%
Cooperativa	23	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	368	100,00%	368	100,00%
Empresa	43	238	34,59%	68	9,88%	57	8,28%	93	13,52%	232	33,72%	688	100,00%
Normalizador	27	225	52,08%	63	14,58%	48	11,11%	16	3,70%	80	18,52%	432	100,00%
Regulador	14	81	36,16%	12	5,36%	35	15,63%	16	7,14%	80	35,71%	224	100,00%
Seguradora	10	60	37,50%	19	11,88%	16	10,00%	33	20,63%	32	20,00%	160	100,00%
Outros	3	21	43,75%	11	22,92%	0	0,00%	0	0,00%	16	33,33%	48	100,00%
Total	245	1.266	32,30%	358	9,13%	418	10,66%	333	8,49%	1.545	39,41%	3.920	100,00%

Fonte: elaborada pelos autores.

Como o IASB vem tentando equilibrar as regras em sentido estrito e o uso de princípios em seus pronunciamentos, isso acaba por refletir de forma semelhante em países com tradição legalista (*code law*) e com tradição costumeira (*common law*). Tal condição aparece representada nas considerações sobre mensuração da estrutura conceitual, com semelhante nível de aprovação entre os dois grupos de países, como evidenciado na Tabela 07.

Tabela 07: Apoio em relação à totalidade das perguntas específicas por país e sistema legal

CODE LAW	N	Concordância		Parcial concordância		Discordância		Sem resposta		Não se propõem a responder		Total	
Alemanha	12	87	45,31%	20	10,42%	14	7,29%	20	10,42%	51	26,56%	192	100,00%
Argentina	4	28	43,75%	4	6,25%	0	0,00%	0	0,00%	32	50,00%	64	100,00%
Áustria	1	15	93,75%	1	6,25%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	16	100,00%
Bélgica	17	63	23,16%	35	12,87%	29	10,66%	14	5,15%	131	48,16%	272	100,00%
Brasil	12	85	44,27%	9	4,69%	3	1,56%	15	7,81%	80	41,67%	192	100,00%
China	2	14	43,75%	2	6,25%	0	0,00%	0	0,00%	16	50,00%	32	100,00%
Colômbia	1	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	16	100,00%	16	100,00%
Coreia do Sul	1	16	100,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	16	100,00%
Dinamarca	3	12	25,00%	6	12,50%	13	27,08%	1	2,08%	16	33,33%	48	100,00%
Espanha	4	33	51,56%	1	1,56%	2	3,13%	6	9,38%	22	34,38%	64	100,00%
Finlândia	2	0	0,00%	0	0,00%	1	3,13%	5	15,63%	26	81,25%	32	100,00%
França	13	51	24,52%	23	11,06%	38	18,27%	32	15,38%	64	30,77%	208	100,00%
Holanda	4	19	29,69%	7	10,94%	5	7,81%	1	1,56%	32	50,00%	64	100,00%
Itália	8	32	25,00%	8	6,25%	8	6,25%	0	0,00%	80	62,50%	128	100,00%
Japão	12	20	10,42%	45	23,44%	17	8,85%	36	18,75%	74	38,54%	192	100,00%
Lituânia	1	8	50,00%	5	31,25%	1	6,25%	2	12,50%	0	0,00%	16	100,00%
Luxemburgo	2	10	31,25%	5	15,63%	1	3,13%	0	0,00%	16	50,00%	32	100,00%
México	1	16	100,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	16	100,00%
Noruega	1	10	62,50%	3	18,75%	3	18,75%	0	0,00%	0	0,00%	16	100,00%
Polónia	1	3	18,75%	1	6,25%	1	6,25%	11	68,75%	0	0,00%	16	100,00%
Portugal	1	0	0,00%	0	0,00%	6	37,50%	0	0,00%	10	62,50%	16	100,00%
Rússia	3	31	64,58%	1	2,08%	0	0,00%	0	0,00%	16	33,33%	48	100,00%
Suécia	5	28	35,00%	5	6,25%	2	2,50%	3	3,75%	42	52,50%	80	100,00%
Suíça	6	42	43,75%	5	5,21%	4	4,17%	9	9,38%	36	37,50%	96	100,00%
Uruguai	1	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	16	100,00%	16	100,00%
Uzbequistão	1	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	16	100,00%	16	100,00%
	119	623	32,72%	186	9,77%	148	7,77%	155	8,14%	792	41,60%	1.904	100,00%
COMMON LAW	N	Concordância		Parcial concordância		Discordância		Sem resposta		Não se propõem a responder		Total	
África do Sul	3	6	12,50%	10	20,83%	0	0,00%	0	0,00%	32	66,67%	48	100,00%
Austrália	14	60	26,79%	8	3,57%	62	27,68%	30	13,39%	64	28,57%	224	100,00%
Canadá	13	49	23,56%	24	11,54%	41	19,71%	20	9,62%	74	35,58%	208	100,00%
Emirados Árabes Unidos	1	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	16	100,00%	16	100,00%
Escócia	3	24	50,00%	4	8,33%	2	4,17%	2	4,17%	16	33,33%	48	100,00%
EUA	25	113	28,25%	5	1,25%	30	7,50%	25	6,25%	227	56,75%	400	100,00%
Hong Kong	4	32	50,00%	5	7,81%	11	17,19%	0	0,00%	16	25,00%	64	100,00%
Índia	3	48	100,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	48	100,00%
Inglaterra	44	218	30,97%	91	12,93%	113	16,05%	81	11,51%	201	28,55%	704	100,00%
Israel	1	16	100,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	16	100,00%
Malásia	3	15	31,25%	10	20,83%	7	14,58%	0	0,00%	16	33,33%	48	100,00%
Nova Zelândia	4	7	10,94%	11	17,19%	1	1,56%	13	20,31%	32	50,00%	64	100,00%
Paquistão	1	14	87,50%	2	12,50%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	16	100,00%
Singapura	3	24	50,00%	2	4,17%	2	4,17%	4	8,33%	16	33,33%	48	100,00%
Uganda	1	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	16	100,00%	16	100,00%
Zâmbia	1	16	100,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	16	100,00%
	124	642	32,36%	172	8,67%	269	13,56%	175	8,82%	726	36,59%	1.984	100,00%
Não informado	2	1	3,13%	0	0,00%	1	3,13%	3	9,38%	27	84,38%	32	100,00%
<b>Total da amostra</b>	<b>245</b>	<b>1.266</b>	<b>32,30%</b>	<b>358</b>	<b>9,13%</b>	<b>418</b>	<b>10,66%</b>	<b>333</b>	<b>8,49%</b>	<b>1.545</b>	<b>39,41%</b>	<b>3.920</b>	<b>100,00%</b>

Como já foi comentado na metodologia, essas respostas se referem às questões 11 a 14, visto que a questão 15 solicita apenas "algum comentário adicional acerca da discussão sobre mensuração desta seção" (IASB, 2013, p. 234). Para essa pergunta, houve 138 respondentes, ainda que 64 (46,38%) deles tenham apenas dito não ter nenhum comentário extra sobre a seção. Dentre as 74 (53,62%) cartas de comentários que trouxeram sugestões, há pedidos de maiores esclarecimentos sobre formas específicas de mensuração, outras mencionam a ausência de detalhamento sobre como agir diante de incertezas de mensuração, e outras ainda pedem a manutenção do conceito de modelo do negócio, entre outros temas menos recorrentes.

Assim, de acordo com as respostas às questões do CF2013, foi verificado que a multiplicidade de bases de mensuração foi o tema mais comentado, com 51,02% concordando e 4,49% discordando (ver Tabela 04, questão 11b), e que a afirmação específica sobre a quantidade de bases de mensurações diferentes ser limitada à menor possível teve a aprovação de 35,51% e a discordância de 15,10% da amostra (Tabela 04, questão 11e).

A partir desses fatos, o reflexo verificado na versão de 2015 da estrutura conceitual foi a inclusão de um subcapítulo na Seção 6, especificamente para tratar do assunto, intitulado "mais de uma base de mensuração relevante". Na "base para conclusões", o IASB comenta que não teve a intenção de impor um limite artificial sobre o número de bases de mensuração, e que, "Sendo assim, o IASB substituiu a afirmação de que o número de diferentes bases de mensuração utilizadas deve ser limitado ao mínimo necessário por uma discussão sobre as vantagens e desvantagens da introdução de novas ou diferentes bases de mensuração"<sup>2</sup> (IASB, 2015b, p. 83). Ou seja, de fato, houve influência dos comentários dos respondentes na nova versão da estrutura conceitual.

Sobre a presença das quatro principais alterações no *Conceptual Framework* de 2015 estarem comentadas nas cartas-respostas, os resultados estão apresentados na Tabela 08.

**Tabela 08 - Principais alterações na Seção 6 da Estrutura Conceitual entre as versões de 2013 e 2015**

Temas das alterações	Número de comentários	%
Complexidade e/ou excesso de detalhes no conteúdo da Seção 6	83	52,53%
Mensuração baseada em fluxo de caixa é técnica	3	1,90%
Mais de uma base de mensuração (a favor ou contra)	80	50,63%
Mensuração do patrimônio líquido	1	0,63%

Obs.: total de cartas sobre mensuração = 158.

Fonte: elaborada pelos autores.

O excesso de detalhamento da seção sobre mensuração foi comentado por 52,53% dos respondentes. Ou seja, a redução de 38,46% na quantidade de itens dessa seção está plenamente justificada através das solicitações recebidas.

Quanto à mensuração baseada em fluxo de caixa ser uma técnica e não um terceiro modo de mensurar, este se encontra explicitamente afirmado em três cartas-respostas: "as outras formas de mensuração baseadas em fluxo de caixa, conforme descritas no DP, representam maneiras de estimar tanto o custo quanto o valor presente – em apenas duas categorias, nomeadamente, valores baseados em custos ou em valor presente"<sup>3</sup> e:

<sup>2</sup> Hence, the IASB has replaced the statement that the number of different measurement bases used should be limited to the smallest number necessary with a discussion on the advantages and disadvantages of introducing new or different measurement bases.

<sup>3</sup> the other cash-flow based measurements as described in the DP represent ways of estimating either the cost or the current value - into only two categories, namely cost-based measurements and current value measurements.

Particularmente, a categoria "mensuração baseada em fluxo de caixa" parece ser uma coleção heterogênea de métodos de mensuração existentes usados nas normas contábeis, sem considerar se há uma justificativa conceitual para esses métodos. Bases de mensuração não devem ser confundidas com métodos de mensuração. Este parece ser o caso das medidas classificadas como baseadas em fluxo de caixa<sup>4</sup>.

Ou ainda:

Colocar mensurações baseadas em fluxo de caixa em categoria aparentemente igual a custo, valor justo e outros preços de mercado correntes parece inadequado porque os fluxos de caixa descontados podem ser usados para estimar o valor justo (...) ou outros preços de mercado correntes. Parece importante separar a discussão sobre bases de mensuração (tais como custo histórico, custo corrente, valor justo/preço de venda do mercado atual) de qualquer discussão sobre técnicas ou métodos de mensuração (tais como fluxo de caixa descontado)<sup>5</sup>.

Sendo assim, quando o IASB afirma na sua base para conclusões que "outros respondentes sugeriram que a Estrutura Conceitual deve identificar apenas duas categorias de mensuração: medidas baseadas em custos e medidas correntes. Mensurações baseadas em fluxo de caixa seriam então identificadas como técnicas utilizadas para estimar tanto medidas baseadas em custo quanto valores correntes"<sup>6</sup> (IASB, 2015b, p. 74); há três cartas que ratificam essa afirmação. É dito também que "o *Exposure Draft* não identifica essas técnicas como uma categoria separada de base de mensuração"<sup>7</sup>. (IASB, 2015b, p. 74).

Na verdade, na versão de 2015 da estrutura conceitual, as bases de mensuração passaram a ser duas (custo histórico e valor corrente), e as técnicas de mensuração baseadas em fluxo de caixa foram deslocadas da seção sobre mensuração para o apêndice do texto, e com a afirmação de que "técnicas de mensuração baseadas em fluxo de caixa não são bases de mensuração; elas são maneiras de estimar uma medida"<sup>8</sup> (IASB, 2015b, p. 81). Ou seja, da mesma forma como aconteceu com o detalhamento da seção, a mudança em relação às técnicas de fluxo de caixa também pode ser consequência dos comentários recebidos, ainda que por uma quantidade bem pequenas de cartas (apenas três, 1,90%).

Como já foi comentado anteriormente, a questão sobre a quantidade de diferentes bases de mensuração foi assunto polêmico, demandado diretamente por 50,63% dos respondentes. Assim, a ênfase nesse tema e seu maior desenvolvimento se encontram plenamente apoiados pelos comentários recebidos, justificando o destaque em subcapítulo próprio.

---

<sup>4</sup> *In particular, the category 'cash-flow-based measurements' appears to be a heterogeneous collection of existing measurement methods used in accounting standards, with no consideration of whether there is a conceptual rationale for those methods. Measurement bases should not be confused with measurement methods. This appears to be the case with the measurements classified as cash flow-based.*

<sup>5</sup> *Putting cash-flow-based measurements on an apparently equal ranking with cost, fair value and other current market prices seems inappropriate because discounted cash flows may be used to estimate fair value (...) or other current market prices. It seems important to separate the discussion of measurement bases (such as historical cost, current cost and fair value/current market selling price) from any discussion about measurement techniques or methods (such as discounted cash flows).*

<sup>6</sup> *Other respondents suggested that the Conceptual Framework should identify only two measurement categories: cost-based measures and current measures. Cash-flow-based measures would then be identified as techniques used in estimating either a cost-based measure or a current measure.*

<sup>7</sup> *the Exposure Draft does not identify those techniques as a separate category of measurement basis.*

<sup>8</sup> *Cash-flow-based measurement techniques are not measurement bases; they are a means of estimating a measure.*

Já a quarta e última importante alteração que apareceu no CF2015, a inclusão de um subcapítulo específico sobre a mensuração do patrimônio líquido (ainda que os subcapítulos sobre ativos e passivos tenham sido excluídos), não está presente diretamente em nenhuma das cartas analisadas. Há, porém, a carta de uma empresa de auditoria que afirma em suas respostas conjuntas sobre a seção de mensuração que "O *Discussion Paper* não aborda a mensuração do patrimônio líquido. Dependendo da visão do *Board* sobre a forma de distinguir passivo e patrimônio líquido, é possível que o patrimônio líquido inclua outros instrumentos além das ações ordinárias"<sup>9</sup> – o que foi o único comentário sobre patrimônio líquido (*equity*). No documento "*basis for conclusions*" tampouco há explicação do porquê da inclusão destacada desse tema. Dois motivos podem justificar essa alteração: ainda que não tenha havido referência ao patrimônio líquido nos comentários sobre mensuração, esse assunto pode ter surgido nos comentários à seção sobre passivo e patrimônio líquido (seção 5); ou ainda o tema pode ter surgido nas reuniões presenciais dos representantes do IASB com os interessados. De qualquer forma, essa alteração pode também ter sido algo percebido pelo IASB para além dos comentários recebidos.

De forma menos destacada, foram alterados também os temas questionados nas perguntas 12, 13 e 14. Na verdade, as normas separadas para mensuração subsequente de ativos e passivos – tema das questões 12 e 13 –, e que formavam subcapítulos à parte na versão de 2013, foram completamente excluídas da versão de 2015 da estrutura conceitual. O nível de discordância e parcial concordância dessas duas questões, porém, não superou o de concordância, como seria esperado (ver Tabela 04). As regras específicas sobre mensuração de ativos e passivos financeiros – tema da questão 14 – também deixaram de ter um item específico sobre elas, para serem comentadas apenas brevemente no subcapítulo sobre relevância. Essa questão também teve concordância total maior que discordância e concordância parcial, mas foi a menos respondida da seção 6. Assim, apesar de as profundas modificações realizadas na seção sobre mensuração, e que realmente deixaram o tema mais objetivo e restrito, havia um bom nível de concordância com o que tinha sido apresentado originalmente.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo de promover normas globais de alta qualidade, buscando fomentar a maior comparabilidade das demonstrações contábeis e, por extensão, a redução dos custos de avaliação de desempenho das firmas entre países, redução do custo de capital das firmas, incremento da mobilidade de capitais, aplicação de recursos de forma mais eficiente na economia e incremento da liquidez dos mercados financeiros (ARMSTRONG et al., 2010) é extremamente salutar e inevitável. Entretanto, segundo Alali e Cao (2010), à medida que mais países adotam as IFRS, o IASB sofrerá mais pressão para tornar-se mais aberto às mudanças decorrentes das particularidades dos novos adotantes. Diante do exposto, dado o objetivo de promover normas contábeis aceitas a nível mundial para melhorar a comparabilidade das informações financeiras, de forma alguma o *lobby* por padrões de qualidade inferior pode prevalecer.

A despeito de alguns pesquisadores argumentarem que as normas de contabilidade podem perder credibilidade e confiabilidade se forem abertas à intervenção política e, principalmente, às interpretações profissionais (FOGARTY; MOHAMED; EDWARD, 1994), o papel dos contadores no aperfeiçoamento do modelo vigente é imprescindível, tendo em

---

<sup>9</sup> *The Discussion Paper does not address measurement of equity. Depending on the Board's views on how to distinguish liabilities and equity, it is possible that equity will include instruments other than common shares.*

vista que estes são os profissionais que diariamente se utilizam das normas nas atividades laborais e, com tal, conhecem suas potencialidades e, sobretudo, limitações.

Nesse aspecto, entendendo a relevância da participação desses atores no processo de discussão e aperfeiçoamento das IFRS, buscou-se investigar, através da análise de conteúdo das cartas de comentários enviadas ao IASB relativas ao DP "*A review of the Conceptual Framework for Financial Reporting*", a participação de profissionais no processo de proposição de melhorias da referida norma, bem como a efetividade das sugestões apresentadas por esses atores frente às propostas absorvidas na revisão de 2015 da estrutura conceitual.

Notou-se, a título de resultados, que a maioria dos respondentes apoia as visões preliminares do IASB a respeito do tema da mensuração, sendo a principal discordância o excesso de detalhes da seção, com assuntos que deveriam estar tratados apenas em normas específicas, e não na estrutura conceitual. O IASB correspondeu a esses comentários diminuindo significativamente a seção e reordenando-a por completo. O tema da multiplicidade de bases de mensuração recebeu tratamento destacado, provavelmente também em resposta aos diversos e diferentes comentários sobre o tema.

Duas alterações importantes, porém, vieram provavelmente de discussões para além das cartas recebidas. Sobre o fluxo de caixa deixar de ser um terceiro tipo de mensuração, como estava na estrutura conceitual de 2013, para ser deslocado para o apêndice da estrutura revisada de 2015, como apenas uma técnica que pode ser usada para obter as duas outras medidas, esse comentário apareceu apenas em três cartas. Mesmo assim, o IASB procedeu a essa mudança significativa na seção sobre mensuração. A outra alteração foi a inclusão de subcapítulo sobre mensuração de patrimônio líquido (que não havia na versão de 2013), sem que nenhum respondente tenha feito menção a isso nas questões sobre mensuração. De qualquer forma, no geral, o IASB parece ter ouvido os comentários recebidos, já que a seção 6 da estrutura conceitual de 2015 está bastante diferente da versão anterior.

Apesar de não haver motivo para considerar que a atitude do IASB tenha sido diferente em relação à cada seção da estrutura conceitual, ou seja, que os resultados obtidos na análise da seção 6 – mensuração sejam diferentes das demais partes do rascunho, a consideração apenas da seção com mais questões pode ser considerada uma limitação ao presente estudo. Sugere-se, portanto, que análise semelhante seja feita para as outras seções da estrutura conceitual.

Outra limitação que pode ser considerada é a pouca quantidade de respostas sobre a seção analisada, ainda que tenha sido aquela com maior número de questões. Uma análise do conteúdo total de todas as cartas-respostas eliminaria essa limitação, e fica como sugestão para próximos trabalhos, principalmente quando a versão final da estrutura conceitual for publicada.

Considerando que os dois principais organismos normativos em Contabilidade (IASB e FASB) são entidades privadas, eventualmente o processo de construção/revisão das normas contábeis pode ocorrer sobre influência do *lobby* de forças econômicas. Nesse aspecto, esforços podem ser direcionados a investigar a efetividade (adesão) das propostas dos variados atores. Em outras palavras, quais são as vozes comumente ouvidas no processo de desenvolvimento das IFRS? Quem são os autores costumeiramente marginalizados? Quais são os determinantes de cada um desses grupos? O sistema legal explica uma maior efetividade ou o aspecto econômico é sempre preponderante? As respostas ficam como sugestões para próximas pesquisas.

## REFERÊNCIAS

ADHIKARI, Ajay; BETANCOURT, Luis; ALSHAMERI, Faleh. The SEC's Proposed IFRS Roadmap: An analysis of comment letters using content analysis and textual software. **Journal of International Accounting, Auditing and Taxation**, v. 23, n. 2, p. 98-108, 2014.

ALALI, Fatima; CAO, Lei. International financial reporting standards-credible and reliable? An overview. **Advances in Accounting**, v. 26, n. 1, p. 79-86, 2010.

ARMSTRONG, C. S.; BARTH, M. E.; JAGOLINZER, A. D.; RIEDL, E. J.. Market reaction to the adoption of IFRS in Europe. **The accounting review**, v. 85, n. 1, p. 31-61, 2010.

BALL, Ray. International Financial Reporting Standards (IFRS): pros and cons for investors. **Accounting and business research**, v. 36, n. sup1, p. 5-27, 2006.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1995.

CHATHAM, Michael D.; LARSON, Robert K.; VIETZE, Axel. Issues affecting the development of an international accounting standard on financial instruments. **Advances in Accounting**, v. 26, n. 1, p. 97-107, 2010.

CRUZ, Claudia Ferreira da; FERREIRA, Araceli Cristina de Sousa; SZUSTER, Natan. Estrutura Conceitual da Contabilidade no Brasil: Percepção dos Docentes dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências Contábeis. **Pensar Contábil**, v. 13, n. 50, p. 53-63, 2011.

FOGARTY, Timothy J.; HUSSEIN, Mohamed EA; KETZ, J. Edward. Political aspects of financial accounting standard setting in the USA. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 7, n. 4, p. 24-46, 1994.

GEORGIU, George. The IASB standard-setting process: Participation and perceptions of financial statement users. **The British Accounting Review**, v. 42, n. 2, p. 103-118, 2010.

HOLDER, A. D., KARIM, K. E.; LIN, K. J.; WOODS, M. A content analysis of the comment letters to the FASB and IASB: Accounting for contingencies. **Advances in Accounting**, v. 29, n. 1, p. 134-153, 2013.

INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD (IASB). **A review of the Conceptual Framework for Financial Reporting**: discussion paper, July, 2013. Disponível em: <http://www.ifrs.org/Current-Projects/IASB-Projects/Conceptual-Framework/Discussion-Paper-July-2013/Pages/Discussion-Paper-and-Comment-letters.aspx>. Acesso em: 27 jun. 2015.

INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD (IASB). **Conceptual Framework for Financial Reporting**, 2015. Disponível em: <http://www.ifrs.org/Current-Projects/IASB-Projects/Conceptual-Framework/Pages/Conceptual-Framework-Summary.aspx>. Acesso em: 23 jun. 2015.

INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD (IASB). **Conceptual Framework for Financial Reporting**: basis for conclusions, May, 2015b. Disponível em: <[http://www.ifrs.org/Current-Projects/IASB-Projects/Conceptual-Framework/Documents/May%202015/Basis-to-ED\\_CF\\_MAY%202015.pdf](http://www.ifrs.org/Current-Projects/IASB-Projects/Conceptual-Framework/Documents/May%202015/Basis-to-ED_CF_MAY%202015.pdf)>. Acesso em: 27 jun. 2015.

INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD (IASB). **Project Conceptual Framework: paper topic feedback summary**: user outreach. March, 2014. Disponível em: <<http://www.ifrs.org/Current-Projects/IASB-Projects/Conceptual-Framework/Pages/Conceptual-Framework-Summary.aspx>>. Acesso em: 27 jun. 2015.

LA PORTA, Rafael; DE-SILANES, Florencio Lopez; SHLEIFER, Andrei. The Economic Consequences of Legal Origins. **Journal of Economic Literature**, v. 46, n. 2, p. 285-332, 2008.

THE INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS COMMITTEE FOUNDATION (IASCF). **Due process handbook**. 2010. Disponível em: <<http://www.ifrs.org/Current-Projects/IASB-Projects/Annual-Improvements/ED-May-2012/Documents/DueProcessIASB2011.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2015.

WHITTINGTON, Geoffrey. Harmonisation or discord? The critical role of the IASB conceptual framework review. **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 27, n. 6, p. 495-502, 2008.

YEN, Alex C.; HIRST, D. Eric; HOPKINS, Patrick E. A content analysis of the comprehensive income exposure draft comment letters. **Research in Accounting Regulation**, v. 19, p. 53-79, 2007.

ZEFF, Stephen A. The Evolution of the IASC into the IASB, and the Challenges it Faces. **The Accounting Review**, v. 87, n. 3, p. 807-837, 2012.

## **Anexo A - Perguntas do IASB sobre a Seção 6 – Mensuração presentes no *Discussion Paper do Conceptual Framework de 2013.***

### **Questão 11**

É discutido nos parágrafos 6.6-6.35 como o objetivo da demonstração financeira e suas características qualitativas da informação financeira útil afetam a mensuração. As visões preliminares do IASB são que:

- (a) o objetivo da mensuração é de contribuir para a representação fiel de informação relevante sobre:
  - (i) os recursos da entidade, reivindicações contra a entidade e mudanças nos recursos e reivindicações; e
  - (ii) o quão eficientemente e eficazmente a administração e o conselho administrativo da empresa têm cumprido suas responsabilidades no uso dos recursos da entidade.
- (b) uma única base de mensuração para todos ativos e passivos pode não fornecer a informação mais relevante para os usuários das demonstrações financeiras.
- (c) ao selecionar a mensuração a utilizar para um item específico, o IASB deve considerar qual informação essa mensuração irá produzir tanto na demonstração de posição financeira quanto na(s) demonstração(ões) de lucros ou perdas e OCI.
- (d) a seleção de uma mensuração:
  - (i) para um ativo específico deve depender de como esse ativo contribui para futuros fluxos de caixa; e
  - (ii) para um passivo específico deve depender de como a entidade irá liquidar ou cumprir esse passivo.
- (e) o número de mensurações diferentes usadas deve ser o menor número necessário para fornecer uma informação relevante. Mudanças desnecessárias de mensuração devem ser evitadas e as mudanças necessárias de mensuração devem ser explicadas.
- (f) os benefícios de uma mensuração específica para os usuários das demonstrações financeiras precisam ser suficientes para justificar o seu custo.

Você concorda com essas visões preliminares? Por que ou por que não? Se você não concorda, qual alternativa de abordagem para decidir como mensurar um ativo ou passivo você apoiaria?

### **Questão 12**

As visões preliminares do IASB vistas na Questão 11 têm implicações para a mensuração subsequente de ativos, como discutido nos parágrafos 6.73-6.96. As visões preliminares do IASB são de que:

- (a) Se ativos contribuem indiretamente para os futuros fluxos de caixa através do uso ou são usados em combinação a outros ativos para gerar fluxos de caixa, mensurações baseadas em custo normalmente fornecem uma informação que é mais relevante e compreensível do que os preços de mercado atuais.
- (b) Se ativos contribuem para os futuros fluxos de caixa ao serem vendidos, um preço de saída atual é suscetível a ser relevante.

(c) Se o ativo financeiro possui uma variabilidade insignificativa nos fluxos de caixa contratuais, e são mantidos para coleta, uma mensuração baseada em custo provavelmente fornecerá uma informação relevante.

(d) Se uma entidade cobra pelo uso de ativos, a relevância de uma mensuração específica desses ativos dependerá da significância do ativo individual para entidade.

Você concorda com essas visões preliminares e a orientação proposta nesses parágrafos? Por que ou por que não? Se você não concorda, por favor, descreva que abordagem alternativa você apoiaria.

### Questão 13

São discutidas nos parágrafos 6.97-6.109 as implicações que as visões preliminares do IASB para a mensuração subsequente de passivos. As visões preliminares do IASB são que:

(a) mensuração baseadas em fluxo de caixa são suscetíveis a ser a única mensuração viável para passivos sem termos apresentados.

(b) uma mensuração baseada em custo irá, normalmente, fornecer a informação mais relevante sobre:

- (i) passivos que serão liquidados de acordo com seus termos; e
- (ii) obrigações contratuais para serviços (obrigações de desempenho).

(c) preços de mercado atuais provavelmente fornecerão a informação mais relevante sobre passivos que serão transferidos.

Você concorda com essas visões preliminares e a orientação proposta nesses parágrafos? Por que ou por que não? Se você não concorda, por favor, descreva que abordagem alternativa você apoiaria.

### Questão 14

O parágrafo 6.19 afirma que a visão preliminar do IASB que para alguns ativos financeiros e passivos financeiros (por exemplo, derivativos), baseando a mensuração na maneira em que cada ativo contribui para os futuros fluxos de caixa, ou na maneira em que o passivo é liquidado ou cumprido, pode não fornecer informação que é útil ao avaliar as expectativas para futuros fluxos de caixa. Por exemplo, informação baseada em custo sobre ativos financeiros que são mantidos para coleta ou passivos financeiros que são liquidados de acordo com seus termos podem não fornecer informação que é útil ao avaliar as perspectivas para futuros fluxos de caixas:

(a) se o fluxo de caixa definitivo não está proximamente ligado ao custo original;

(b) se, devido à variabilidade significativa de fluxos de caixa contratuais, as técnicas de mensuração baseadas em custo podem não funcionar porque elas seriam incapazes de simplesmente alocar pagamentos de juros sobre a vida de tal ativo ou passivo financeiro;

(c) se mudanças nos fatores de mercado têm um efeito desproporcional no valor do ativo ou do passivo (i.e. o ativo ou passivo é altamente alavancado).

Você concorda com essa visão? Por que ou por que não?

### Questão 15

Você possui algum comentário adicional acerca da discussão sobre mensuração nesta Seção?